

***A REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS  
CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES E O  
MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO:  
ALGUNS PERCURSOS INTERNACIONAIS  
(ABORDAGEM PRELIMINAR)***

*Ana Cristina Martins*



**Resumo:** Fundada em 1863 para afirmar e prestigiar a actividade profissional dos architectos em Portugal, a Associação dos Architectos Cívicos Portuguezes/Real Associação dos Architectos Cívicos e Arqueólogos Portuguezes/Associação dos Arqueólogos Portuguezes (AACP/RAACAP/AAP) cedo reconheceu a necessidade de se fazer representar em certames internacionais, mormente após a criação, no ano seguinte, do seu espaço museológico, o conhecido Museu Arqueológico do Carmo. Decisão continuada e cumulada ao longo da sua existência, em prol do estudo, preservação e divulgação do património histórico, artístico e arqueológico do país, enquanto concorria para o surgimento e desenvolvimento de sociedades, museus e programas congéneres. Disto daremos brevemente conta neste texto através de alguns exemplos, um dos quais da então longínqua ‘Índia Portuguesa’, e de presenças em exposições universais entre finais de Oitocentos, inícios de Novecentos.

**Palavras-chave:** Associação dos Arqueólogos Portuguezes; Museu Arqueológico do Carmo; Património; Exposição Universal; Índia Portuguesa.

**Abstract:** Established in 1863 to affirm and honor the professional activity of architects in Portugal, the Association of Portuguese Civil Architects / Royal Association of Portuguese Civil Architects and Archaeologists / Association of Portuguese Archaeologists soon recognized the need to be represented in international events, especially after foundation, the following year, of its museological space, known as Carmo Archaeological Museum. A decision to follow throughout its existence, for the sake of the study, preservation and dissemination of the historical, artistic and archaeological

heritage of the country, contributing simultaneously for the emergence and development of similar societies, museums and scientific programs. Particularities to be analyzed briefly in this paper through some examples, including the so far ‘Portuguese India’, and attendance at Universal exhibitions between late nineteenth century and beginning of the twentieth century.

**Keywords:** Association of Portuguese Archaeologists; Carmo Archaeological Museum; Heritage; Universal Exhibition; Portuguese India.

“os museus constituem uma excelente escola  
para o ensino das classes populares; [...] que  
os museus historicos dão uma ideia completa da vida de  
outras eras, iniciando nacionaes e estrangeiros em  
factos que de outra fórma ficariam esquecidos”  
(Noticias varias, 1911: 203-204)

## 1. BREVE INTRODUÇÃO: ENTRE ASSOCIAÇÃO E MUSEU

**A** Associação dos Arquitectos Civis Portugueses (AACP) é a mais antiga sociedade erudita nacional a funcionar ininterruptamente desde 1863 até aos nossos dias, dela decorrendo a actual Ordem dos Arquitectos Portugueses e a Associação dos Arqueólogos Portugueses, sua herdeira directa.

Pensada e dirigida de início para certificar e prestigiar a actividade arquitectónica no país (Martins, 2003 e 2005), agregou pouco depois (1871) a componente arqueológica, pela relevância que assumia nos principais palcos europeus, de produção, transmissão e recepção de conhecimento, e ausência, em Portugal, de estruturas públicas que a acolhessem e incentivassem. Inclusão patente na red denominação associativa – Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (RAACAP) -, e justificada em pleno por se tratar de um colectivo votado ao estudo, preservação e divulgação do património nacional. Dos meios utilizados para cumprir tais desideratos, destacou-se o seu espaço museológico – Museu Arqueológico do Carmo (MAC) -, inaugurado logo em 1864 e composto de objectos artísticos e arqueológicos resgatados, muitos deles, à incúria do tempo e à ignorância dos homens, mimetizando, para tal, modelos franceses (Ibidem, Ibidem), contribuindo, em simultâneo, para a criação de espaços similares no mapa geográfico e político de Portugal, e participava em exposições nacionais e internacionais.

Assim se teciam redes de conhecimento; assim se conferia visibilidade à sua existência e actividades; assim se entrelaçavam interesses e compromissos pessoais e privados com iniciativas colectivas e públicas, designadamente entre o final de Oitocentos e a afirmação republicana. Assim se procurava, em suma, prestigiar e afirmar uma instituição.

## 2. A REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES NA GÉNESE DE ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS: A ‘ÍNDIA PORTUGUESA’

Como explanado noutros contextos (Ibidem, Ibidem), e contrariamente ao que sucederia com o Museu Etnográfico Português (1893) (Ibidem 2008),

os dirigentes da RAACAP não pretendiam transformar o MAC num museu centralizado e centralizador, adoptando esse estatuto oficioso apenas enquanto o Governo e as municipalidades não assumiam o resgate oficial de *memórias* nacionais, regionais e locais, institucionalizando o seu procedimento<sup>1</sup>.

Com efeito, um dos objectivos centrais da RAACAP residia no incentivo à formação de pequenos núcleos museológicos em diferentes localidades, porquanto essenciais ao enraizar de novas práticas culturais destinadas a alicerçar o ideário liberal, principalmente junto das gerações mais novas, enquanto permitiam estender o próprio programa de trabalhos associativo. Tratava-se, porém, de uma iniciativa que não se cingiu ao território do Portugal europeu, abrangendo geografias ultramarinas administradas por Lisboa. Disso é exemplo uma colecção de 12 grupos fotográficos procedente de Angola, por iniciativa da superintendência ultramarina, reproduzindo edifícios públicos, trajes, costumes, vistas panorâmicas e outros aspectos do território (“Acta n.º 40”, 1909: 788). Assim se compreende de igual maneira que, em finais de Oitocentos, a direcção associativa se congratulasse com a organização de um *museu archeologico* na Índia (A.H.-A.A.P.<sup>2</sup>, *Livro de Actas da Assembleia Geral*, Acta n.º 167. 15/11/1895), em consequência de portaria publicada em 1894 (*Boletim Oficial do Estado da Índia*, 1894: 471-472), contendo a justificação da sua abertura:

Sendo pratica das nações cultas conservar com desvelo tudo quanto para evocar as boas memorias do passado, *preservando da acção do tempo* os objectos que lembrem as *antigas glórias* e sejam apreciaveis subsidios para o *estudo da historia, religião e costumes* da época que representam; e por isso, havendo reconhecida utilidade em colligir em um nucleo os que existem e se acham dispersos n’este Estado, notavel por brilhantes e memoraveis tradições; // Hei por conveniente nomear uma comissão [...]; para, no mais breve praso, apresentar o plano da fundação d’um museu archeologico n’esta capital (Documentos relativos..., 1904: 1. Itálicos nossos)

---

<sup>1</sup> A RAACAP interessou-se, no entanto, e em concomitância, pela formação de museus mais centralistas, generalistas e temáticos, a exemplo do Museu de Cerâmica Nacional, projectado em finais de 1907.

<sup>2</sup> Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Competia doravante a este museu, e entre outras tarefas, inventariar estruturas antigas a merecerem classificação como *monumentos nacionaes* (Vasconcelos, 1896: 302), numa quase recriação da missão principal da primeira Comissão dos Monumentos Nacionais (CMN) (1881) metropolitana<sup>3</sup>.

O museu foi detalhado aos associados anos depois, por mão do então Governador de Diu, João Herculano Rodrigues de Moura (1871-1907) (Moura, 1901). Considerando as especificidades históricas desta região indiana sob domínio português e possíveis interesses pessoais, J. Rodrigues de Moura realçou toda uma iniciativa conduzida à época de recolha de epígrafes, lápides tumulares, pedras de armas, estátuas, colunas.

Nada que fosse extemporâneo ou inusitado, atendendo a coetâneas práticas congêneres (Choay, 2015). Mais do que isso, acompanhava novas tendências discutidas e aprovadas por parte expressiva da comunidade arquitectónica internacional, aquela que mais se entrozava em assuntos similares. Por isso, apresentava a particularidade de resgatar apenas o que “[...] não estivesse nos seus respectivos logares e tivesse valor archeologico ou historico que sirva para a reconstituição do passado e atteste a heroicidades dos nossos maiores.” (“Relatório dos Actos do Conselho Facultativo em 1907”, 1908: 480). Ou seja, transferiam-se apenas as peças já fora do seu contexto original que coadjuvassem os novos discursos históricos impressos nas salas do museu, numa posição reveladora da sua actualização neste domínio do conhecimento, à qual não seriam estranhos exemplos dimanados de regiões controladas pelo Império britânico, onde estes procederes se enraizavam<sup>4</sup>.

Revelou-se, na verdade, um exercício exemplar, a merecer redobrada atenção política traduzida em letra de lei, para findar o abandono de estruturas e trechos de memórias que importava salvaguardar, especialmente para

---

<sup>3</sup> Este organismo estatal foi entretanto reintitulado duas vezes: Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (1900-1902) e Conselho dos Monumentos Nacionais (1902-1911).

<sup>4</sup> Relembrar, a este propósito, que o mais antigo museu da Índia, o *India Museum*, foi inaugurado em Calcutá, em 1814, pela *Asiatic Society*, instituída três décadas antes, em 1784. Ainda que em linhas muito gerais, esta situação foi tratada por Vera Féliz Mariz, em A “*memória do império*” ou o “*império da memória*”. *A salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino (1930-1974)*. Texto policopiado. Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, especialidade em Arte, Património e Restauro. Universidade de Lisboa, 2016, p. 592-595.

afirmação da presença portuguesa em tão longínquo território, enquanto perduravam pretensões de potências ocidentais sobre possessões ultramarinas nacionais:

Entre as medidas de providencia governativa que tem vindo ultimamente impulsionando este districto, a portaria de 2 de Dezembro merece certamente um lugar de honra. Quantas pedras por ahí abandonadas! Quantos monumentos patrios, sublimes padrões da nossa gloria, em caminho do Nada! *A honra nacional, mais que o interesse historico, há muito reclamava a criação de um museu archeologico em Diu*, modesto embora, mas cuidadosamente arranjado e religiosamente conservado. As inscrições de Diu, para o mundo culto, são como o evangelho do Amor da Patria, *proclamando bem alto, por direito de civilização, a tradicional grandeza da nossa raça*, - subsidio valiosissimo e importante para o estudo e reconstituição da historia dos portugueses em Diu.” (Anaya, 1903: 103-104. Itálicos nossos)

Não bastava, porém, decretar; havia, sobretudo, que implementar o novo pensamento. Por isso, J. Rodrigues de Moura assinalou a urgência de obter novos recursos – mormente materiais –, e de gizarr estratégias com as quais se pudesse introduzir e cimentar práticas patrimoniais, à semelhança do praticado nas regiões abrangidas pelo Império britânico. Entende-se assim melhor o realce conferido pela RAACAP ao lançamento de *O Oriente Portuguez, Revista da Comissão Permanente de Investigações Archeologicas / Archeologica da India Portuguesa* (CAIP), publicada a partir de 1904, em cujo primeiro volume se timbrou o intuito geral desta iniciativa, para com os respectivos objectos de interesse, técnicas utilizadas e a utilizar, e destinatários, em nome do prestígio da agenda colonial portuguesa:

Revista de uma comissão de archeologia, deverá esta publicação ser caracterizada pela apresentação de estudos e trabalhos sobre o passado portuguez no Oriente: - as fortalezas, com tudo o que de heroico a ellas anda ligado; as extensas linhas de muralhas, correndo em ruinas por essa costa do oceano indico, revelando o esforço e a tenacidade da raça; os templos, as egrejas, as ermidas, “tão caracterisadamente portuguezas”; essa Goa desaparecida, mas tão viva no coração de todos nós; as crenças, as superstições, os odios dos antigos portuguezes; os seus habitos e costumes; a transformação sucessiva dos seus ideaes; a conservação, atravez d’essa transformação, do seu modo de ser colo-

nisador, unico em toda a história colonial moderna [...]; tudo isto, e muito mais, deverá aparecer na *Revista pela escripta, pela gravura, pela photographia*, se ella tiver, como é de esperar, a sorte caracteristica de todos os empreendimentos portuguezes: - a *duração* [...]. // [...] a *Revista* tem as suas paginas á disposição de todos aquelles que se sentem atraídos por esse passado, tão intensivo, tão revelador das qualidades superiores de uma *raça energica, tenaz*, tão grandiosamente apaixonada e violenta (Matos, 1904: II-IV. Sublinhados nossos)

Tratava-se, pois, de procedimento similar a outros observados na Europa e suas colónias. Era o caso da própria RAACAP: destinada a recuperar fragmentos de tempos idos, constituiu museu e lançou revista, associando-lhes outras acções. Somente assim poderia fundear o seu projecto e desideratos, divulgando conhecimentos junto de diferentes públicos.

Mimetizando práticas coevas, procurando impedir despautérios patrimoniais (Mariz, 2016) e retomar, noutros moldes, iniciativas anteriores nesta matéria (Ibidem, Ibidem 583-585), publicou-se, em meados de Junho de 1903, portaria instituindo a CAIP, numa altura em que a Metrópole assistia à estabilização dos princípios criadores da CMN (Martins, 2005):

Sendo sempre nobre e a tempo *desmentir as accusações que nos fazem estrangeiros* do desleixo e indiferença inintelligente com que deixamos desaparecer a uma e uma todas as reliquias do nosso grande passado historico, todos os padrões e monumentos que a *alma da Nacionalidade* levantou pelo mundo na sua exaltação heroica da Renascença; // Attendendo a que é uma verdadeira *iniquidade portugueza*, senão um *symptoma do mais condemnavel obscurecimento* da consciencia collectiva, o estado a que se têm deixado chegar os restos da grande capital d'Albuquerque [...] // Havendo ainda occasião de *acudir ao arrasamento vandalico do que resta da velha Goa* [...] // Hei por bem nomear uma comissão permanente de investigações archeologicas no territorio de Goa [...] // cumprindo-lhe *apresentar relatorios annuaes* que serão publicados no *Boletim Official*, propor ao Governo os *meios de salvaguardar* o que ainda hoje existir do viver do passado, escolher o que se tenha de *guardar no museu archeologico* [...] *classificar e catalogar* todos os monumentos que se devam considerar nacionaes, e fiscalisar a mais religiosa conservação d'elles. // Todas as autoridades ficam obrigadas a prestar o maior concurso e auxílio à comissão nomeada (Documentos relativos..., 1904: 2-3. Itálicos nossos)

Instalado no palácio de S. Caetano, na velha Gôa, o Museu Real da Índia Portuguesa (1896), como se designaria, deveria exhibir, a par de peças de outras categorias e tipologias materiais, “[...] os *destroços archeologicos* da India mussulmana e da India hindu, devendo inaugurar-se tambem uma *secção de pre-historia goana*, collecções de armas das *epocas da pedra lascada* e da *pedra polida*, e dos *primeiros metaes* empregados, todo um trabalho original a fazer e a juntar.” (Documentos relativos..., 1904: 4. Itálicos nossos) (**Fig. 1**). Decisão certamente decorrente do interesse individual de membros da CAIP pela arqueologia, à qual não teria sido alheio o exemplo do apoio pecuniário para escavações concedido pelo arqueólogo e proprietário vimarenense Francisco Martins Sarmiento (1833-1899), membro da RAACAP e da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) (Documentos relativos..., 1904: 1-15).



**Fig. 1** - Pormenor do Museu de Goa no início do século XX  
(Fonte: A.H./A.A.P., *Arquivo Fotográfico*)

Tratou-se, na verdade, de uma deliberação expandida, já em 1903, aos demais districtos, com destaque para Diu: “Considerando que, d’entre os territorios de que se compõe esta provincia, é em Diu onde mais existem monumentos antigos; // Hei por conveniente determinar o seguinte: [...] // Nos contractos de venda dos predios nacionaes rusticos ou urbanos, será incluída a clausula de que quaesquer monumentos padrões, lapides, brazões e outros objectos d’esta natureza, n’elles existentes, serão do exclusivo dominio do Estado.” (Documentos relativos..., 1904: 4-5).

Neste entretanto, a CAIP foi reconstituída neste mesmo ano de 1903, apesar do ímpeto conferido de início às suas actividades (“III. Comissão archeologica”, 1903: 184-185). Reforçaram-se, então, as suas competências. Interessante, no entanto, que ocorresse no ano subsequente ao da criação de organismo similar, dessa feita em Diu, perante,

o abandono a que de longa data teem sido votadas as inscrições em pedra existentes em edificios que outr’ora pertenceram ao Estado, o que sobre representar incuria lastimavel pode revelar *falsa noção de patriotismo* que cumpre não deixar passa como verdade; // [...] É nomeada uma *comissão*, com o caracter de *permanente*, á qual cumpre reunir todas as lapides, brazões d’armas nacionaes e de particulares, columnas, estatuas, inscrições em pedra etc. que não estejam collocados nos seus primitivos logares, ou existam dispersos em casas particulares ou pagodes, templos gentios etc. [...] // Todos esses objectos, *verdadeiros monumentos archeologicos*, serão collocados e convenientemente conservados em uma das *sallas dos Paços de Municipio de Diu* (Documentos relativos..., 1904: 5-7. Itálicos nossos)

Possivelmente também por isto, a RAACAP acompanhava com tanto interesse o desenrolar dos acontecimentos e com ela colaborava com entusiasmo, permutando informações e publicações que haviam de enriquecer as respectivas bibliotecas (A.H./A.A.P., *Livro de Officios...*, n.º 270. 07/01/1904)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Na verdade, a RAACAP regojizava-se com iniciativas análogas exemplificativas do seu ascendente neste domínio: “Esta Associação compraz-se em observar que vae fructificando com progressivo desenvolvimento a idéa que presidiu á instituição do Museu do Carmo, por ella creado e mantido, pois teem sido fundados, posteriormente àquelle, isto é, desde 1866, importantes Museus archeologicos em Lisboa, Porto, Coimbra, Guimarães, Faro, Beja, Figueira da Foz, Bragança, Alcacer do Sal, tratando-se da organização de outros.” (A.H./A.A.P., *Livro de Officios da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (Janeiro de 1898 a Julho de 1905)*. Offício n.º 270. 07/01/1904. Itálico nosso).

Conduta nada incomum ou novedosa nas suas actividades. Ao contrário, a RAACAP cedo estabeleceu uma rede de sócios correspondentes ampliada ao longo dos anos, através da qual obtinha informações essenciais ao cumprimento da sua missão central. Mais do que isso, a rede enttecida de modo sábio e paciente permitiu-lhe dissimular o seu pensamento e as suas práticas, ao mesmo tempo que sobreviver quando os tempos lhe eram de menor feição (Martins, 2005).

Havia, no entanto, que prosseguir de forma intensa e firme, aumentando o prestígio que grangeava paulatinamente, dentro e fora do país, ainda que a sua presença transfronteiriça lhe permitisse consolidar-se internamente com menor vacilação. Por isso, se empenhou em fazer-se representar em congressos e exposições internacionais. Daí, também, que se esforçasse por levar o seu *Archivo de Arquitectura Civil / Boletim de Architectura e Archeologia* até sociedades eruditas e nomes grados das ciências que cultivava.

Nada que fosse conquistado sem escolhos ou episódios inesperados. Mas com sucessos também.

### **3. O MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO E (ALGUMAS DAS) SUAS VISIBILIDADES INTERNACIONAIS**

Percorrendo o caminho rasgado pela Europa e América do Norte, Portugal participou em exposições mundiais ao longo de Oitocentos. Embrenhou-se, então, nessas autênticas ‘feiras das vaidades’ emanadas da sociabilidade positivista ávida de novos espaços de convívio e de afirmação de poder. Por isso, se centrou na promoção de exposições de grandeza universal, ao mesmo tempo que buscava inspiração renovadora no passado, fosse ele sobretudo clássico ou medieval, explanando-o e sintetizando-o em museus, academias, institutos e universidades.

Um cenário novo ao qual a RAACAP não foi indiferente. Nem podia sê-lo, sob pena de não conseguir fazer sobreviver o seu projecto fulcral. Assim se compreende que, de par com presenças em certames nacionais (Martins,

2005)<sup>6</sup>, integrasse exposições universais, onde o futuro se apresentava por entre novidades recuperadas ao pretérito tantas vezes oculto por espessas camadas de terra.

### **3.1. Da Exposição Internacional do Porto (1866) à Exposição Universal de Paris (1867)**

A notoriedade internacional da RAACAP começou a evidenciar-se quatro anos após a sua formação. Iniciou, então, um caminho trilhado com perseverança.

Com efeito, e certamente por se tratar, à época, da única do género entre nós, a (então ainda) AACP foi convidada pelo Governo português a participar a Exposição Universal de Paris de 1867 onde, uma vez mais, o passado seria relevado, a exemplo da afirmação da pré-historicidade na evolucionista *Galérie du Travail* e dos pavilhões contendo resultados de escavações empreendidas em territórios do Antigo Egipto e da Antiga Mesopotâmia (Quiblier, 2014).

A oportunidade era, na realidade, ímpar, não apenas para o nome de Portugal, como para as entidades envolvidas na organização da sua representação. Por isso, o desafio foi abraçado pela AACP sem hesitações.

Na verdade, é possível que o repto fosse sugerido pelo presidente associativo, o arquitecto Joaquim Possidónio N. da Silva (1806-1896), convocado no ano anterior a integrar o grupo preparatório de outra exposição, a internacional do Porto (1865). Convite ao qual não terão sido estranhas as suas funções no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), nem o facto de ser arquitecto da Casa Real (Martins, 2003).

O certame portuense revela-se, sem dúvida, uma primeira grande oportunidade para a AACP divulgar as suas actividades em prol do património nacional e de projectar o museu fundado apenas três anos antes. Duas realidades que, em rigor, se fundiam numa só, porquanto geradas e administradas pela mesma direcção associativa.

---

<sup>6</sup> Caso da *Exposição de archeologia e objectos raros* (Porto, 1867).

Podendo contar somente com o acervo existente e sem espaço para reunir outros materiais que ilustrassem momentos importantes da história e da produção artística do país, Possidónio da Silva ponderou enviar à capital francesa as *Estatuas e outros objectos Archeologicos que existem no nosso museu* (A.H./A.A.P., *Livro de Actas da Assembleia Geral*, n.º 43. 11/10/1866.).

Sugestão, por si, assaz interessante. Com efeito, além de nos revelar a persistência do entendimento Setecentista da arqueologia, num quase sinónimo de antiquariato, este alvitre foi quase premonitório das duas actividades prevaletentes no seio da AACP a partir de finais desta década de 60, sob influência directa da Exposição Universal parisiense de 1867 e de eventos a ela associados, como seriam a segunda sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas (CIAAP) e a abertura oficial do *Musée des Antiquités* (Richard, 2005). Referimo-nos, naturalmente, à arquitectura e à arqueologia, incluindo os estudos pré-históricos.

A proposta foi apoiada pela Assembleia Geral da AACP.

Revedo os objectos existentes no MAC, considerou-se abarcar o monumento a D. Maria I (1734-1816), da autoria do escultor João José de Aguiar (1769-1841). Escolha que não terá sido fortuita. Aparte o simbolismo – designadamente político –, que encerrava, o monumento rememorava um artista nacional que “*morreô magoado pelo desprezo com que receberam os seus mal-perfeitos trabalhos, alem de soffrer a miseria, sorte, que infelizm.te cabe aos artistas pertencentes aos paizes nos quaes as Artes-Liberaes não são estimadas, pela falta de uma esmerada civilização.*” (A.H./A.A.P., *Livro de Correspondência da Real Associação...*, 11/10/1866. Itálicos nossos). A mensagem era clara. Conquanto através de um organismo privado, Portugal podia e devia reparar assim a injustiça assinalada, afirmando-se numa conjuntura europeia neo-iluminista. Havia, no entanto, que solicitar autorização governamental para transportar as estátuas que compunham o monumento, figurando a Europa e a África, por se encontrarem apenas depositadas no MAC e não serem pertença da AACP (A.H./A.A.P., *Livro de Actas da Assembleia Geral*, n.º 46. 20/12/1866).

Entretanto, seleccionaram-se outros objectos do MAC. Entre eles, azulejos, pela particularidade histórica e artística que aduziam (A.H./A.A.P., *Livro*

de *Actas da Assembleia Geral*, n.º 44. 25/10/1866), numa antevisão da relevância conferida já no século XX a esta tipologia patrimonial, nomeadamente por mão de outro membro da (então já) AAP, o historiador da Arte José Queirós (1856-1920) (Martins, 2005).

Enquanto isto, procurava-se angariar fundos entre os próprios associados para remeter as peças escolhidas, a serem acompanhadas por sócio nomeado para o efeito (A.H./A.A.P., *Livro de Actas da Assembleia Geral*, n.º 50. 31/01/1867). Decisão curiosa, principalmente por parte de uma sociedade privada. De facto, e ignorando, até ao momento, os efeitos deste acompanhamento no estado de conservação dos objectos transportados até Paris, esta resolução frutificou na prática museológica nacional, numa confirmação da sua pertinência decorrente do conhecimento de práticas observadas noutros países. Pertinente, mas não impeditiva do aflorar de desacertos internos após o regresso do associado encarregado desta missão específica, Possidónio da Silva, que ali se deslocara para integrar um congresso internacional de arquitectos (Martins, 2003). Regressado, deparou-se, no entanto, com múltiplas inquietações e suspeitas lançadas sobre a sua viagem a França que suportara pessoalmente na íntegra (A.H./A.A.P., *Livro de Actas da Assembleia Geral*, n.º 57. 17/08/1867).

Independentemente dos problemas surgidos, as peças do MAC apresentadas em Paris impressionaram os visitantes (A.H./A.A.P., *Livro de Declarações da Real Associação...*, 23/10/1867). Disso nos dá conta o próprio órgão impresso da AACP, o *Archivo de Architectura Civil*.

Juntamente com a cópia modelada em gesso do púlpito da igreja de S.ta Cruz de Coimbra, expuseram-se dois anjos esculpidos em mármore branco por Joaquim Machado de Castro (1731-1822), destinados ao túmulo de D. Filipa de Lencastre (1360-1415); dois baixos-relevos em alabastro indo-portugueses representando os passos da Paixão de Cristo; um busto antigo de D. Afonso Henriques (c. 1109-1185) procedente do palácio de Alcáçovas (Santarém); um festão alto-relevado de mármore branco e fundo marchetado de mármore colorido, pertencente à igreja arruinada de S.to Antão (Lisboa); uma inscrição pétreia de tradição *bizantina* datada de 1294, proveniente da capital

mondegana; e azulejos de igrejas demolidas de Lisboa (*Archivo de Arquitectura Civil*, 1867: 134).

Folheando porém, o catálogo da secção portuguesa da Exposição, verifica-se uma divergência de conteúdos. No lugar do busto, surge-nos, é verdade, um festão alto-relevado em mármore branco, mas oriundo do claustro do mosteiro de S.ta M.<sup>a</sup> da Vitória (*Catalogue Spécial...*, 1867: 358). O mais surpreendente, todavia, é a ausência do conjunto escultórico dedicado a D. Maria I. Razões? Desconhecemo-las, embora uma eventual recusa governamental em autorizar a sua saída do país não fosse despreciada, nomeadamente pelas dificuldades logísticas e financeiras inerentes ao seu transporte, montagem e desmontagem.

De um modo geral, os objectos do MAC expostos no *Trocadero* demonstravam o predomínio do poder espiritual. Prevalência que não dimanaria de putativa contraposição oficiosa à agenda liberal. Até porque os dirigentes da AACP eram maioritariamente liberais constitucionalistas (Martins, 2003 e 2005). Tratar-se-ia, antes de mais, de um resultado do longo e (por vezes) penoso processo de extinção das ordens religiosas e consequente desafecção dos respectivos templos, ocorrido três decénios antes (1834). Situação que, se não abonava a favor da política central portuguesa, em nada se diferenciava de práticas coetâneas europeias (Choay, 2015). Ademais, o predomínio de objectos de carácter sagrado ilustrava a evolução artística do país sustida na devoção religiosa, cuja relevância urgia reconhecer para garantir a recuperação de um vasto património votado ao infortúnio dos tempos e à incúria dos homens. Somente assim poderia ser legado a gerações instruídas num presente a consolidar num passado exemplar e glorificador, de acordo com as agendas ideológicas contemporâneas (Choay, 2015).

Interessante, porém, que a lista final das peças seleccionadas do MAC fosse assumida, não pela AACP, mas por um grupo de entidades nomeadas pela comissão responsável pela representação nacional. Residirão, por isso, nesta particularidade algumas das discrepâncias enunciadas (*vide supra*). Ainda assim, esperar-se-ia que os objectos escolhidos reflectissem a generalidade do pretérito nacional. Acentuando, porém, a força da monarquia constitucional, a comissão pretendia sublinhar a riqueza artística de objectos

representativos do poder religioso desvigorado pelo ideário liberal, à semelhança do ocorrido noutros recessos ocidentais desde, pelo menos, a Revolução Francesa (1789). Um expediente utilizado doravante pelo Estado português, a exemplo do museu das congregações religiosas instalado no extinto convento do Quelhas (“Um museu curiosíssimo..., 1921: 7)<sup>7</sup>. Deliberação nada imprevista, quando, transpondo materiais para o domínio público secularizado por vontades neo-racionalistas, o poder político interno do terceiro quartel Oitocentista instava em debelar preconceitos. Enfatizar a sua agenda exigia apresentar alaias religiosas recuperadas pela temporalidade - ou laicidade -, valorizando-as em exposições patentes em templos arruinados pela força da Natureza ou insipiência humana.

A verdade é que apenas um artefacto procedente do MAC simbolizava, com veemência, o poder secular: o busto do fundador do Reino. Exemplar que não deixava, contudo, de comprovar o abandono de parte do património artístico português, mormente scalabitano, fruto de uma desconsideração generalizada da sua importância para o entendimento do passado e prestígio da contemporaneidade nacional.

Quanto ao acolhimento internacional dos objectos apresentados em Paris, ele traduziu-se na concessão à AACP, pela comissão imperial francesa da Exposição, da medalha comemorativa dos expositores incluídos na *Galérie de l’Histoire du Travail* (A.H./A.A.P., *Livro de Actas do Conselho Facultativo...*, 15/10/1867).

---

<sup>7</sup> Antes deste episódio, o Estado português decidira expôr alaias religiosas na igreja de S. Roque (Martins, 1905: 178). O mesmo sucedera com o *tesouro* da Sé de Coimbra, sob inspiração da intenção do Cardeal-Patriarca de fundar um museu de arte religiosa (*Museu da Mitra Patriarchal*) no Paço episcopal, considerando que “O catholicismo é a religião que mais tem inspirado a esthetica, a que mais profundamente impulsionou o desenvolvimento de todas as artes e industrias.” (Vasconcelos, 1905: 322). Decisão louvável quando, para José Leite de Vasconcelos (1858-1941), “Só assim se evitaria que andassem pelas lojas dos adeleiros e pelas mãos dos colleccionadores particulares objectos que de direito pertencem á nação, considerada corpo colectivo. *Se há muitos parochos e juntas de parochia zelosos dos seus deveres, há outros que deixam, sem escrupulo, sair da sua guarda as alaias religiosas, as imagens, etc., que lhes estão confiadas*” (Vasconcelos, 1905: 335. Itálico nosso). “*Em este paiz, onde a educação artistica é privilegio de meia duzia de pessoas, e onde as mais nobres iniciativas esmorecem ante as mil complicações e unicas burocraticas que tudo enredam e dificultam, facil será calcular quanta ignorancia e quantas teimosias foi preciso vencer, quantas montanhas d’embaraços e quantas muralhas de papel sellado foi preciso destruir, de quanta paciencia, diplomacia e firmeza foi preciso dispor para a realisação d’aquellas obras.*” (Vasconcelos, 1905: 85. Itálico nosso)

Mas o sucesso alcançado com a pequena representação associativa foi ensombrado no regresso das peças. Apesar do acordado, nenhum sócio, além de Possidónio da Silva, as acompanhara durante os meses de exposição, evitando o estado de degradação visível quando do seu retorno (A.H./A.A.P., *Livro de Actas do Conselho Facultativo...*, 06/02/1868). Situação agravada com o esquecimento, em Paris, da armação de ferro e madeira da cópia em gesso do púlpito de S.ta Cruz de Coimbra (A.H./A.A.P., *Livro de Actas do Conselho Facultativo...*, 16/01/1868)<sup>8</sup>. Modelo que suscitara, ademais, grande curiosidade e interesse junto de visitantes, expositores e críticos, transformando-se numa das peças mais apreciadas da presença portuguesa. Não sendo a única impactante, foi a mais procurada.

### 3.1.1. O púlpito da igreja de Sta. Cruz de Coimbra

A posição da AACP face ao interesse de instituições estrangeiras por objectos do MAC expostos no certame parisiense evidenciou-se a propósito do púlpito da igreja de Sta. Cruz de Coimbra, descrito no catálogo francês, nos seguintes termos:

La chaire, composé de deux parties distinctes; l'inférieure que sert de support, sort d'une hydre à sept têtes couronnées parmi des guirlandes, les ailes étendues, à proportion qu'elle monte, elle s'élargit en quatre divisions semi-circulaires ornées de sphinx, de têtes de lions, d'anges, et de frises avec des arabesques. La partie supérieure contient, sur des niches et sous des baldaquins, les quatre pères de l'Eglise, Saint-Antoine, Saint-Jérôme, Saint-Grégoire et Saint-Augustin, en corps et couronnés de divers symboles et accompagnés de leurs noms écrits. Ils sont séparés par des pilastres avec des médaillons et des ornements, et par deux ordres de petites niches; sur celles d'en haut, on voit cinq figures de femme représentant la religion et les quatre Vertus cardinales, et dans celles d'en bas, les cinq prophètes. Des groupes mythologiques sur les bases des niches et quantité d'autres ornements en couvrent complètement la superficie. *L'original*, commandé para le roi D. Manuel est une merveille de sculpture en marbre. Hauteur des deux parties 2m39 (*Catalogue Spécial de la Section...*, 1867 : 389)

---

<sup>8</sup> Não foi, porém, a AACP a única entidade nacional a remeter modelos em gesso de trechos arquitectónicos e elementos decorativos existentes no actual território português. A própria Academia Real de Belas Artes promoveu este exercício, iniciando uma pequena colecção logo em 1865, com componentes decorativos da igreja do mosteiro de Sta. M.ª de Belém, aumentada, posteriormente, por ocasião do certame parisiense de 1867, para a formação da nossa secção de historia do trabalho (Arquivo Histórico da Academia Nacional de Belas Artes, *Real Academia de Bellas Artes. Correspondência com o Ministério do Reino*, n.º 56, 29/08/1871)

Decorria já a Exposição Universal quando a AACP foi informada da venda da cópia em gesso do púlpito, com base em ofício da *Repartição do Commercio e Industria* do MOPCI. Não obstante a honra que lhe era assim presumidamente concedida, a comissão de avaliação do assunto, formada na AACP a 31 de Julho, apresentou parecer algo divergente (A.H./A.A.P., *Livro de Actas da Assembleia Geral*, n.º 55. 11/07/1866), de acordo com o seu próprio interesse e reconhecendo que, embora não obstassem à venda,

Em presença da *utilidade que há, tanto para o Paiz, que possui as preciosidades artisticas, como para todos os mais, e principalmente para os artistas em geral, em proporcionar por meio de desenhos ou de modêlos a generalisação do conhecimento das mesmas preciosidades*, entende a maioria da Comissão que esta Associação Artística, e da especialidade principal das artes liberaes, não deve deixar de concorrer para um tão louvavel fim por qualquer meio que lhe seja possivel, como é por certo um d'elles a venda do modêlo do púlpito de Sta. Cruz de Coimbra, *com tanto que a venda seja por um preço, pelo qual se possa fazer aquisição de um outro, como é indispensavel para não empobrecer o nascente gabinete Archeologico*; isto ainda mais por haver bem fundados receios de que aquelle volte muito damnificado, visto na condução para a exposição em que havia todo o cuidado pela grande conveniencia de que a Secção Portugueza fosse ali dignadamente representada, assim mesmo não chegou lá inteiro (A.H./A.A.P., *Livro de Actas da Assembleia Geral*, n.º 10/08/1867. Itálicos nossos)

Mas nem todos os associados partilhavam esta posição oficial da AACP. Alguns, como o primogénito de Possidónio, Ernesto Augusto da Silva, repudiavam a venda concretizada no final deste mês Julho, ou seja, no prazo limite definido para a transacção (A.H./A.A.P., *Livro de Declarações...*, 26/07/1867). Para este membro discordante, imbuído de actualizadas noções museológicas e museográficas, possivelmente emanadas de seu pai, não seria nem,

rasoavel nem necessaria a venda; porque a indole da nossa Associação, expressa pela palavra *Musêo = tem a idéa associada, colligir, e conservar e não desperta por módo algum a idéa de venda, e propagação dos objectos*, circumstancia que julga ligada á palavra Academia = que me parece é esse um dos seus fins em favor das artes [...]. Em meu humilde entender, factos excepcionaes não se devem aceitar, e decidir precipitadamente,

[...] desculpo todas as morosidades, e prejuízo que se pèrca por demasiada prudencia, do que por inexplicavel urgencia [...]. Não julgo delicado, attencioso, e prudente, que se decida a venda do objecto de que se trácta sem que primeiro se cumpram todos os deveres e delicadeza, que a excepção do facto reclama (A.H./A.A.P., *Livro de Declarações...*, 26/07/1867)

[Além disso, entendia que] *a Associação não póde de forma alguma deixar de possuir no Seu Musêo aquelle specimen*; se elle chegar a Lisboa destruido péde-se com desafogo a licença ao contrário, vendendo-se sem prevenir, póde-se ter em resposta não vendessem ou pelo menos pretextarem-se inconvenientes n'esse caso, quem nos dá hoje a certeza, ou se obriga a responsabilidade da recusa, nóte-se bem, que não se obter depois a licença, é um desaire, alem disso, a prudencia aconselha, que se examine tudo, e pense bem, para depois se obtêr nóva copia (A.H./A.A.P., *Correspondência Recebida*, 16/08/1867)

Enunciando a colecção, a conservação e a exhibição de artefactos, e não a sua venda e troca, como (oficioso) princípio museológico, E. da Silva defendia dever-se rejeitar decisão *tão momentosa e de responsabilidade publica* (A.H./A.A.P., *Livro de Correspondência...*, 16/08/1867), quer pela origem da peça, quer pelo objectivo maior da AACP, ou seja, o incremento da instrução artística. Antes de tudo o mais, havia que consultar o Regente, já que a peça provinha de monumento com larga tradição no território e na Casa Real.

Além disto, urgia evitar que o MAC fosse despojado de exemplar tão apreciado e reclamado, constituindo, por conseguinte, uma das suas maiores atracções. Mais do que isso, entendia que, “se elle chegar a Lisboa destruido péde-se com desafogo a licença [para tirar a cópia], ao contrario, vendendo-se sem prevenir, póde-se ter como resposta não vendessem” (Ibidem). Observação pertinente, considerando as dificuldades sentidas por Possidónio na obtenção da cópia em gesso, sendo, por isso, prudente obter a sua opinião sobre o assunto, tanto mais que era sobejamente conhecida a sua firme opposição à venda do púlpito (A.H./A.A.P., *Correspondência Recebida*, 16/08/1867). No caso, porém, de se tratar de estabelecimento científico a pretender adquiri-lo, então dever-se-ia oferecê-lo ou trocá-lo por *algum digno de se possuir*, sem detalhar, contudo, o que entendia por *digno*. Mas, se fosse uma entidade particular, haveria que declinar, *porque disso não nos resulta nem honra, nem gloria* (Ibidem).

Neste entretanto, desmontaram-se as três razões apresentadas pelos defensores da venda. Entre elas, o repúdio da monopolização cultural, havendo, pelo contrário, que vulgarizar - mais do que divulgar -, a Arte, compensando, embora, a desvalorização do objecto original decorrente da multiplicação da sua cópia. Cópia ou, melhor, a falta de qualidade da cópia que, no entender dos seus causídicos, justificava a venda da peça. Ademais, havia que não subestimar e ignorar o movimento patrimonialista da capital mondegana (Martins, 2005) adverso à transacção, como fora amplamente divulgado na imprensa coimbrã e portuense:

Finalmente, tomo a liberdade de lembrar, que a não haver alguma rasão plausível de interesse artístico e científico, ou desejo especial de fazer a venda evitaríamos todas as criticas, máos resultados, e contingencias, com a simples, e laconica resposta = não se vende (Ibidem)

O efeito desta declaração não se fez esperar. No dia seguinte, o assunto foi debatido de novo em Assembleia Geral (A.H./A.A.P., *Livro de Actas da Assembleia Geral*, n.º 57. 17/08/1867). Reconhecendo que a venda atenuaria a difícil situação económica da AACP, gerada por despesas acumuladas pela anterior administração, divisava-se lógica no parecer apresentado. Optou-se, então, por trocar a cópia por outros objectos após garantir-se nova réplica para o MAC. Mas a decisão não foi consensual. Primeiro que tudo, era necessário saber que museus europeus estavam interessados em adquirir cópias dos objectos portugueses expostos em Paris (A.H./A.A.P., *Livro de Declarações...*, 18/10/1867), orientando *a posteriori* a sua entrega para evitar danificações. Situação que se arrastou durante meses até que, em meados de Janeiro de 1868, a AACP foi informada da viagem de dois consócios a Paris para transaccionar o púlpito, cujo valor mínimo se fixara em 100 libras (A.H./A.A.P., *Livro de Actas do Conselho Facultativo...*, 19/01/1868).

Frustrada a venda, a cópia do púlpito foi remontada no MAC sob supervisão de outro filho de Possidónio, Fernando Licínio da Silva, na sala que servira de residência ao guarda, correspondente ao segundo absidíolo do lado do Evangelho, onde permaneceu até meados de Novecentos (A.H./A.A.P., *Livro de Actas da Assembleia Geral*, n.º 75. 13/11/1871).

Foi, no entanto, a única peça do MAC a merecer atenção redobrada por ocasião da Exposição Universal de 1867. Nada surpreendente, se pensarmos na generalidade da representação portuguesa em certames análogos no estrangeiro (Cardoso, 1997: 16). A verdade é que o impacto positivo da cópia se traduziu em múltiplos aspectos, entre os quais o crescimento de visitantes do MAC, nomeadamente de origem estrangeira.

Volvidos três anos, quando o acervo do MAC aumentava com expressividade, em grande parte na esteira dos conhecimentos acumulados pessoalmente por Possidónio da Silva, dentro e fora do país, o artista Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) solicitou permissão à AACP para *copiar* (= desenhar) os objectos existentes na sua nave central (A.H./A.A.P., *Livro de Actas do Conselho Facultativo...*, 09/04/1874), enquanto o sócio correspondente e comerciante portuense João António Freitas Fortuna (1840-1899) pedia autorização para reproduzir graficamente peças a publicar em cromo litografia (A.H./A.A.P., *Livro de Actas do Conselho Facultativo...*, 16/04/1874). Requerimentos que, no conjunto, decorriam da notoriedade grangeada aos poucos pela AACP, incluindo na esteira dos episódios desenrolados em torno da Exposição parisiense de 1867.

### **3.2. A Exposição Universal de Paris (1878)**

As actividades associativas foram suficientemente consistentes para merecerem projecção internacional, mercê, em parte, da acção contínua e graciosa de Possidónio da Silva. Possivelmente por isso, a (então já) RAACAP recebeu, nos inícios de 1874, circular da exposição internacional projectada para Setembro do ano seguinte, em S. Tiago do Chile, detalhando o processo de acondicionamento dos objectos a seleccionar e oferecendo as normas gerais a cumprir para o efeito (A.H./A.A.P., *Livro de Actas da Assembleia Geral*, n.º 79. 02/07/1874). Representação associativa que não ocorreu, por razões ainda a descortinar, não sendo de subestimar o facto de Possidónio da Silva se ocupar, à época, de noutras actividades de foro profissional (Martins, 2003).

Decorridos três anos, a RAACAP foi oficialmente convidada a participar na Exposição Universal de 1878, em Paris (Vandières, 1879), timbrada pela propaganda imperial francesa:

Ce que nous voulions surtout établir, c'est le chemin parcouru par cette conception française des Expositions industrielles, qui mettait en mouvement [...] producteurs [...], venus de tous les points du globe à la voix de la France, pour se réunir, indifférents aux haines de race et de religion, aux préjugés de la couleur, du système pileux et de la configuration du squelette, dans cette grande fête de la paix et du travail dont Paris est une fois de plus le théâtre privilégié (Bitard, 1878 : 54)

Embora a opinião geral da crítica acerca da presença portuguesa nesta mostra não fosse a mais positiva, pois, “Au milieu, quelques morceaux de sculpture sans importance; et c'est à peine si un ou deux de ses rares tableaux sont à signaler. [...] comme exposition nationale l'art portugaise est en vérité pas trop misérable.” (Bitard, 1878 : 151), Possidónio da Silva empenhou-se em compor, de forma atempada, a presença da RAACAP. Propôs, por isso, ainda em finais de 1876, que, com a devida autorização autárquica, se mandasse modelar em gesso o sarcófago de D. Inês de Castro (1320-1355) depositado no mosteiro de Alcobaça (A.H./A.A.P., *Livro de Actas da Assembleia Geral*, n.º 86. 28/10/1876).

Mimetizando de algum modo o sucedido em torno da réplica do púlpito de Sta. Cruz de Coimbra (*vide supra*) (A.H./A.A.P., *Livro de Correspondência...*, 28/10/1876), pretendia adquirir assim mais uma peça para o MAC, resgatar um elemento da *memória* nacional aos “modernos vândalos” e garantir o sucesso da própria RAACAP em todo este processo. Neste sentido, relembramos que, à semelhança do verificado nos principais edifícios históricos coimbrões, o mosteiro de Alcobaça era reutilizado impropriamente, perigando a integridade de algum do seu património integrado, a começar pela tumulária, como observado por Possidónio anos antes:

Contígua, acha-se a caza que serve de jazigo a alguns dos soberanos [a qual] [...] já não faz parte desse monumento religioso; já não pertence ao estado! A superficie da abóbada, que cobre essa mesma caza [...] foi vendida em hasta publica, e sobre esse real sepulchro construíram um celeiro com dois andares!!! (A.H./A.A.P., *Correspondência Recebida*, n.º 77, 22/8/1869)

Por isto sugeriu que a autarquia adquirisse o edifício para “acabar com um facto vergonhoso, que nos apresenta aos olhos dos estranhos, como um povo, indigno de figurar entre as nações civilizadas.” (Ibidem)<sup>9</sup>.

Neste entretanto, e na qualidade de membro da oitava secção da comissão directora dos trabalhos preparatórios da Exposição, Luís de Andrade Corvo (1850-1890) requereu que a RAACAP cedesse a colecção de instrumentos musicais para ser remetida a Paris juntamente com as do Museu Colonial, de sua direcção (A.H./A.A.P., *Livro de Declarações...*, 12/03/1877). Pedido que acabou por ser consumado apenas no ano seguinte (A.H./A.A.P., *Livro de Actas da Assembleia Geral*, n.º 91. 08/03/1878).

Mas a participação da RAACAP nesta Exposição de 1878 totalizava um projecto mais ambicioso de uma determinada agenda científica francesa (Palacio-Pérez, 2013), relacionado com o acolhimento, em Lisboa, daí a dois anos, da nona sessão do CIAAP, mormente para avaliar os estudos de Carlos Ribeiro (1813-1882) sobre o “Homem Terciário”. Na verdade, fora o antropólogo e pré-historiador francês Emile Cartailhac (1845-1921) a sugerir a Possidónio da Silva que a RAACAP se fizesse representar na Exposição com colecções pré-históricas. Assim se justificaria melhor o CIAAP na capital portuguesa e o papel associativo na sua organização. Decidiu-se, então, remeter 60 objectos, “visto haver este numero importante d’elles.” (A.H./A.A.P., *Livro de Actas da Assembleia Geral*, n.º 90. 27/12/1877), entendendo E. Cartailhac que,

C’est d’autant plus important que votre exposition nationale que *doit entraîner le choix de Lisbonne pour le prochain Congrès International en 1879*. Songez que la Russie qui vous fait concurrence dans ce but [...] Il en est temps encore! Relisez le programme général, insistez auprès de votre gouvernement et de votre Société et Académie (I.A.N./T.T.<sup>10</sup>, *Correspondência artistica e scientifica mantida com J. Possidónio da Silva*. 1878)

---

<sup>9</sup> Não obstante, permaneceu incólume durante longos anos, apesar do pedido dirigido ao presidente da Câmara dos dignos Pares do Reino, Conde de Lavradio (1796-1870), e das garantias veiculadas nesse sentido pelo Ministro das Obras Públicas, Duque de Loulé (1804-1875) (Silva, 1878:138; Silva, 1876: 140; Martins, 2003).

<sup>10</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.

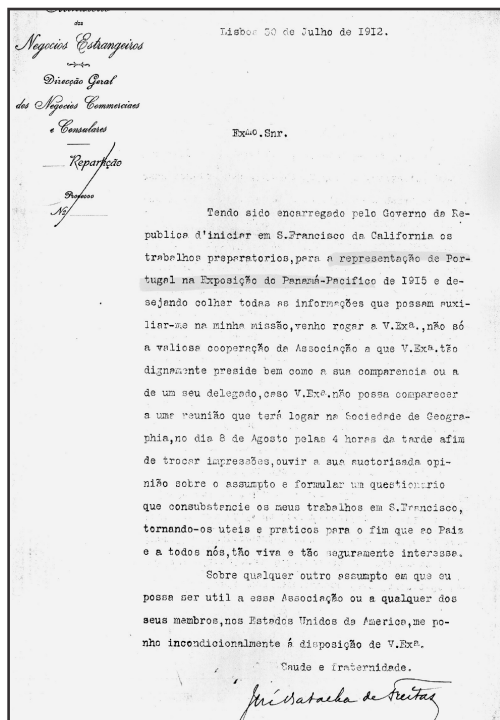
E. Cartailhac foi mais longe neste propósito, referindo que “Je ne suis pas moins autorisé à vous offrir tout l’espace que vous désirez” (Ibidem) para incluir, nas quantidades e formas pretendidas, os artefactos a enviar à Secção das Ciências Antropológicas, por solicitação do seu organizador principal e comissário geral, o antropólogo J. L. A de Quatrefages de Bréau (1810-1892) (Ibidem).

L. de Andrade Corvo devolveu a *interessante* colecção de instrumentos musicais da RAACAP apenas em Setembro de 1879 (A.H./A.A.P., *Livro de Declarações...*, 27/09/1879), infelizmente danificada. Razão bastante para que se defendesse internamente uma definição rigorosa das condições de cedência temporária de peças do MAC, assim como do seu acompanhamento. Possivelmente por isso não participou na Exposição Universal de Paris, em 1889 (*Revista de la Exposición Universal de París en 1889*, 1889), apesar de conter ampla amostra temática sobre a história da habitação, desde a Pré-história à Contemporaneidade, num recordatório dos certames de 1867 e de 1878 (*Revista de la Exposición Universal de París en 1889*, 1889: 402).

Mesmo assim, estranhámos a sua ausência nesta Exposição, assim como na de 1900, também em Paris. É certo que o maior entusiasta destas participações, Possidónio da Silva, não se encontrava no auge das suas capacidades físicas para acompanhar o assunto, acabando por falecer em 1896. Também não é menos verdade que o seu desaparecimento físico ocasionou o início de um novo período na vida da RAACAP, finalizado somente no dealbar do novo século e acarretando inesperados encargos financeiros suplementares. Pensamos, no entanto, que outros factos poderão ter contribuído para uma diminuição da presença associativa em mostras desta natureza e envergadura. Entre eles, a turbulenta política interna e externa do país agravada na sequência da Conferência de Berlim (1884-1885) e do Ultimato inglês (1890). Situações suficientes para que a RAACAP declinasse a participar na secção portuguesa da Exposição Colombina de Madrid, para a qual fora convidada pela respectiva comissão governamental, em missiva datada de meados de 1892 (A.H./A.A.P., *Livro de Actas do Conselho Facultativo...*, 25/06/1892).

Durante mais de 10 anos, a RAACAP não foi convocada pelo Governo a integrar outro evento internacional.

Como mencionado (*vide supra*), é possível que a debilidade física de Possidónio da Silva, primeiro, e o seu falecimento, depois, marcassem o afastamento da RAACAP da ribalta das exposições universais. Fosse pela quebra da rede de contactos pessoais por ele montada, fosse pela diminuição do interesse pelo assunto no próprio seio da RAACAP ou pelo decréscimo do seu ascendente institucional numa altura em que a acção de organismos públicos, como a Academia Real de Belas Artes (1862), a CMN, o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais e o Museu Nacional de Arte Antiga (1884), era reforçada, a RAACAP esfumou-se um pouco neste quadrante. Somente na 1.ª República e com a Exposição Olisiponense (1914), de carácter local e não internacional, a (então já) AAP foi chamada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a fazer-se representar na Exposição do Panamá-Pacífico, em 1915 (A.H./A.A.P., *Correspondência Recebida*, 30/07/1912). Não respondeu, porém, positivamente, por razões relacionadas com prioridades internas de remodelação do próprio MAC (**Fig. 2**).



**Fig. 2** - Convite endereçado à AAP para participar na Exposição do Panamá-Pacífico (Fonte: A.H./A.A.P., *Correspondência Recebida*, 30/07/1912)

Depois deste episódio, somente em 1922 o heraldista Afonso de Dornelas (1880-1944) sugeriu que a AAP participasse na Exposição Internacional no Rio de Janeiro (A.H./A.A.P., *Correspondência Recebida*, 25/03/1922), com a perspectiva de recuperar o prestígio internacional da AAP. Enquanto isso, o país procurava reerguer-se no intrincado xadrez político internacional do primeiro pós-Guerra Mundial, cimentando a sua histórica vocação atlântica:

Todo o mundo vae ali demonstrar com provas o *grau da sua civilização, do seu valor, do seu progresso*, emfim da sua vida actual, como continuação d'um passado e como estímulo para o futuro. As artes e as sciencias vão ali debater-se em provas e em factos concretos. Portugal, assim de todo o mundo, deve procurar a forma de se equiparar ás nações mais bem representadas, pois que as condições especialissimas de Portugal para com o Brazil a isso exigem. [...] *O Portugal d'hoje, infelizmente, não tem aquele conceito e aquela consideração que tinha o Portugal antigo*. Portugal vae pois apresentar-se ao mundo para ser julgado, para ser apreciado, e *como felizmente n'uma exposição da natureza da que se vae fazer, não há vitrine, nem recinto destinado á colossal industria denominada "politica", é natural que no julgamento que se vae fazer, não apareça nem por sombras aquela má impressão que por toda a parte existe sobre nós*. É pois preciso que todos demos o nosso esforço para fazer reviver o brilho de longas eras e fazer desaparecer o enevoado da actualidade. [...] A Associação dos Archeologos Portugueses é a única no genero no paiz, portanto, nem devemos deixar o nosso lugar vago, nem devemos deixar que os outros o ocupem. Na exposição do Rio de Janeiro os nossos trabalhos tem dupla significação. Representam o adeantado d'um povo, e representam intimas ligações entre os dois paises, Portugal e Brazil (Ibidem. Itálicos nossos)

### **3.3. A Exposição Ibero-Americana de Sevilha (1929-1930): o canto do cisne**

No início de 1928, a AAP tomou conhecimento da preparação da Exposição Portuguesa, prevista para a primeira semana de Outubro do ano seguinte, incluída na Exposição Ibero-Americana de Sevilha que haveria de abranger temática importante para uma associação crescentemente focalizada na actividade arqueológica, como era a dos *Hierros Españoles* (Barril & Cerdeño, 1997: 521) da responsabilidade do arqueólogo Jorge Bonsor (1855-1930).

O evento tornara-se quase vital para a imagem que urgia projectar do país fora das suas fronteiras, aproveitando a ocasião “para fazer uma larga *propaganda turistica das bellezas de Portugal*, procurando conseguir que faça transito por Lisboa uma parte dos visitantes áquella Exposição que, sem essa propaganda, irão naturalmente procurar o caminho directo pelo Mediterraneo para Sevilha e Barcelona.” (A.H./A.A.P., *Correspondência Recebida*, 15/07/1928. Itálico nosso). Mais de meio século decorrido sobre o repto herculiano neste sentido (Martins, 2004a e 2004b), o país admitia, por fim, a importância das “riquezas” nacionais - naturais e antrópicas -, no aumento do seu capital interno.

Não obstante, a AAP não integrou este certame internacional por razões ainda nebulosas para nós, embora a reformulação interna à qual se sujeitava então, acrescida de dificuldades financeiras, não tenha sido a menor.

A partir deste momento, não reencontramos notícias de participação da AAP em exposições internacionais, nomeadamente a convite do Estado Português. Uma ausência que não terá, certamente, resultado da falta de qualidade das suas actividades e de desinteresse dos associados. Antes de mais, ela terá decorrido da multiplicação, no país, de equipamentos científicos e culturais de carácter público – incluindo museus -, que haviam de tomar a dianteira em toda esta rede de produção, transmissão e recepção de conhecimento. Por isso, não foi representada na Exposição Internacional de Artes e Técnicas Aplicadas à Vida Moderna (Paris, 1937), um ano após a primeira remodelação do Estado Novo (1926-1974) e em antevésperas do deflagrar do segundo conflito bélico à escala mundial. Mais do que isso, era ao Estado que competia doravante exhibir e apresentar Portugal, como sucederia nas Exposições e Feiras Internacionais de S. Francisco (1939-1940), Rio de Janeiro (1942) e Bolonha (1961).

### **3.4. Algumas reflexões finais**

Embora de forma preliminar e sucinta, esboçámos nas páginas anteriores uma parcela do amplo programa de trabalhos montado pela AACP/

RAACAP/AAP para visibilidade internacional das suas actividades – principalmente museológicas -, desde a sua fundação até aos primeiros anos de Novecentos. Um programa destinado a cumprir a finalidade nuclear desta sociedade erudita, concorrendo para a afirmação e desenvolvimento da actividade patrimonial no país, a partir de exemplos coevos conhecidos dos seus membros mais destacados. Desiderato alcançável através de uma ampla rede de produção e de circulação de conhecimentos nas áreas histórica, artística e arqueológica. Redes nacionais e internacionais; nacionais, regionais e locais; sociais, culturais e políticas; pessoais e institucionais. Redes suficientemente diversificadas para abranger o maior número possível de interesses, pertenças, especializações e sensibilidades, pois somente assim se garantia a sobrevivência do projecto associativo. O que acabaria por suceder, demonstrando a estratégia adequada dos seus primeiros dirigentes. Expediente que integrava a participação associativa e do Museu Arqueológico fundado em 1864 na sua própria sede (na igreja do Carmo arruinada pelo terramoto de 1755 e abandonada pelo desinteresse humano) em reuniões de alcance internacional, sem descurar as nacionais, incluindo as do além-mar português.

Não surpreende, por isso, que se empenhasse em contribuir para a formação de sociedades e museus congéneres, destacando e reforçando os esforços empreendidos por elites sociais e culturais, como as da longínqua Índia, numa expressão da justeza do seu pensamento e da sua acção, assim como o alcance geográfico do seu exemplo reforçado pela vizinhança de práticas congéneres levadas a efeito desde há muito pelas regiões sob administração britânica. Por isso, também, se fez representar amiúde em exposições universais, onde eram lançados com frequência e em crescendo os dados da soberania simbólica e efectiva (mas não oficial) da política e da economia mundial liderada por impérios europeus. Um tabuleiro que permitia, ainda assim, que as nações exibissem fragmentos do seu passado e do seu presente suficientemente representativos e sólidos para justificar e cimentar identidades próprias, autónomas e independentes, divulgando e ampliando as suas culturas através do poder da palavra e da imagem.

Um plano concretizado de outras formas, sobre as quais já discorremos (Martins, 2005) e às quais voltaremos oportunamente, aprofundando particularidades e alargando-as a outros contextos temporais do século XX, quando a AAP reinvestiu na remodelação do seu espaço museológico, de acordo com orientações definidas por organismos supranacionais, e na própria representação internacional dos seus estudos científicos enquadrados por momentos internos de transição política, cultural e mental.

*Lisboa, Primavera de 2016*

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

Arquivo Histórico da Academia Nacional de Belas Artes

- Real Academia de Bellas Artes. Correspondência com o Ministério do Reino

Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses

- Livro de Actas da Assembleia Geral
- Livro de Offícios da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes
- Livro de Correspondência da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes
- Livro de Declarações da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes
- Livro de Actas do Conselho Facultativo da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes
- Correspondência Expedida
- Correspondência Recebida
- Livro de Actas do Conselho Facultativo da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, 19/01/1868

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

- Correspondência artistica e scientifica mantida com J. Possidónio da Silva

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“Acta n.º 40”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 4.ª série, t. XI, n.º 9, Lisboa, RAACAP, 1909.

Anaya, D. de (1903), “II. A archeologia na India Portuguesa”, *O Archeologo Português*, vol. VIII, n.º 4, p. 103-104.

*Archivo de Architectura Civil* (1867), n.º 8, a de Portugal, 1867, p. 134.

Barril, Magdalena e Cerdeño, M.ª Luisa (1997), “El Marqués de Cerralbo: un aficionado que se institucionaliza”, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*, eds. Gloria Mora y Margarita Díaz-Andreu, Málaga, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 521.

Bitard, A. (1878), *L'Exposition de Paris (1878)*, Paris, Librairie Illustrée/Librairie M. Dreyfous.

*Boletim Oficial do Estado da Índia* (1894), n.º 63, I Série, “Portaria nº331”, 12 de Junho, p. 471-472.

Cardoso, António (1997), *O arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do país na primeira metade do séc. XX*, Porto, FAUP.

*Catalogue Spécial de la Section Portugaise a l'Exposition Universelle de Paris en 1867* (1867), Paris, Librairie Administration de Paul Dupont.

Choay, Françoise (2015), *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.

“Documentos relativos à fundação dos Museus archeologicos e á criação da commissão permanente de archeologia” (1904), *O Oriente Portuguez. Revista da Comissão Archeologica*, Vol. 1, n.º 1, p. 1-15.

Matos, José Norton de (1904), “Introdução”, *O Oriente Portuguez. Revista da Comissão Archeologica*, Vol. 1, n.º 1, p. II-IV.

Mariz, Vera Féliz (2016), *A “memória do império” ou o “império da memória” . A salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino (1930-1974)*. Texto policopiado. Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, especialidade em Arte, Património e Restauro. Universidade de Lisboa.

Martins, Ana Cristina (2003), *Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da memória. Um percurso na arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Martins, Ana Cristina (2004a), “«O lugar da História» na Associação dos Arqueólogos Portugueses: uma primeira abordagem”. *Arqueologia & História*. 55, p. 115-121.

Martins, Ana Cristina (2004b), “Património Histórico-cultural: a emergência das (re) formas (do Liberalismo ao Republicanismo). 2.ª parte”. *Património. Estudos*. 6, p. 109-125.

Martins, Ana Cristina (2005), *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. 100 anos de (trans)formação (1863-1963)*. Texto policopiado. Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, especialidade em Arte, Património e Teoria do Restauro. Universidade de Lisboa.

Martins, Ana Cristina (2006), “O olhar da (*Real*) Associação dos (*Architectos Civis e*) *Archeologos Portuguezes* (re)lançado sobre o(s) passado(s) conimbricense(s)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 46: 1-4, p. 93-134.

Martins, Ana Cristina (2008), “José Leite de Vasconcelos (1858-1941) no contexto da política de salvaguarda patrimonial”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 26, p. 183-252.

Martins, Rocha (1905), “Chronica. Entre santos”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 64, p. 178.

Moura, João Herculano Rodrigues de (1901), *Relatório sobre a administração e serviços do governo do districto de Diu, anno de 1900*. Nova Goa: Imprensa Nacional.

“Noticias varias. 17. Ressureição do passado. É aprovada a proposta para a criação de um museu historico municipal em Lisboa” (1911), *O Archeologo Português*, vol. XVI, n.ºs 1-12, p. 203-204.

Palacio-Pérez, Eduardo (2013), “Science and Belief in the constrution of the concept of Paleolithic Religion”, *Complutum*, Vol. 24 (2), p. 51-61.

Quiblier, Charlotte (2014), “L’exposition préhistorique de la Galerie de l’Histoire du travail en 1867. Organisation, réception et impacts”, *Cahiers de l’École du Louvre. Recherches en histoire de l’art, histoires des civilisations, archéologie, anthropologie et muséologie* [en ligne]. N.º 5, octobre, p. 67-77.

“Relatório dos Actos do Conselho Facultativo em 1907” (1908), *Boletim de Architectura e Archeologia*, 4.ª série, t. XI, n.º 4, 1908, p. 480.

*Revista de la Exposición Universal de París en 1889* (1889), Barcelona: Montaner y Simón Editores.

Richard, Nathalie (2005), *Inventer la préhistoire: les débuts de l’archéologie préhistorique en France*. Paris : Vuibert.

Silva, Joaquim P. N. da (1876), “Profanação e Vandalismo”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. I, n.º 9, p. 140.

Silva, Joaquim P. N. da (1878), “Planta da egreja abacial do extincto mosteiro d’Alcobaça”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. II, n.º 9, p. 138.

“III. Comissão archeologica” (1903), *O Archeologo Português*, vol. III, n.ºs 7-9, p. 184-185.

“Um museu curiosissimo, o das congregações religiosas no convento do Quelhas” (1921), *Ilustração Portuguesa*, n.º 807, p. 7.

Vandières, Simon de (1879), *L’Exposition Universelle de 1878. Illustrée*, Paris : Calman Lévy, Librairie-Éditeur.

Vasconcelos, José Leite de (1896), “3. Comissão archeologica de Goa”, *O Archeologo Português*, vol. I, n.º 11, p. 302.

Vasconcelos, José Leite de (1905), “Museu do patriarchado. I”, *O Archeologo Português*, vol. X, n.ºs 10-12, p. 322).